

Fátima  
Sedas  
Nunes

## Ambiguidades da nova condição feminina

Em princípio e esquema, tenhamos por maior, por adulto, o indivíduo que se sustenta, que economicamente é capaz de satisfazer as suas necessidades de alojamento, alimentação, vestuário e outras. E é na latitude deste «outras», é abandonando o esquema pela realidade, é sabendo que nas sociedades e indivíduos preocupados com a promoção da mulher, o que se encontra em causa não são as necessidades de subsistência e sim as muito amplas e ambíguas «outras», que me parece necessário, ao pensar ou de-sejar o advento da mulher maior, adulta como presença social, reflectir fundamentalmente sobre a variabilidade destas.

As necessidades de um indivíduo, outras que as de subsistir, definem-se pelas solicitações e estímulos de uma formação, de uma cultura. Quando uma formação, ao nível familiar, ao nível escolar, ao nível social, oferece padrões de comportamento e estímulos coerentes, o indivíduo adapta-se e responde com necessidades que não se opõem aos padrões propostos. Assim, penso que a mãe de extensa prole da família de classe média do século XIX encontrava real satisfação na boa barrela a seu comando, na sua dispensa de alinhados frascos de compota caseira, no seu tricot, na sua abnegação de senhora e mãe. Do mesmo modo, a criada de servir do tempo (nos meios rurais tantas vezes *criada com* os filhos dos patrões) encontrava na fidelidade servil a longuíssimo prazo, a satisfação de uma necessidade alienada, mas não menos real, isto é, a resposta a uma proposta de situação que durara, aturada e coerentemente, toda a infância. Uma proposta de estratificação de funções de sexo e de condição social, rígida, comumente assente e aceite.

Surge a industrialização, surge a procura do trabalho profissional feminino, surge a rápida mobilidade social, surge a migração maciça para os meios urbanos, o corte com as fórmulas familiares patriarcais, mas tudo surge do que era, o que equivale a dizer, surge o brutal conflito entre propostas de carga afectiva centenária e as novas propostas sem raízes outras que as novas necessidades imediatas do rápido progresso colectivo.

A rapariga de classe média, ou mesmo de classes menos fa-

vorecidas, que, aturadamente, no Liceu ou na Escola Técnica, enfrenta o dever do estudo e da curiosidade quase científica e humanística, é ainda «formada» na moral familiar tradicional — hipervalorização das suas funções domésticas e sexuais, condicionamento para a submissão mais ou menos pronta a todas as formas de autoridade. O trabalho profissional jamais lhe é proposto como necessidade outra que não de subsistência, nova tarefa, «mal necessário» à satisfação do tradicional padrão de renúncia, nunca factor de afirmação pessoal. Por outro lado, a criança em baixa idade, presença que era factor de prestígio e, as mais das vezes, se não higiénica, pelo menos, afectivamente bem acolhida, dada a disponibilidade da mãe, a menor exiguidade das instalações urbanas e a amplidão dos espaços rurais, torna-se, em condições exactamente opostas, factor de conflito e inquietação, sentida pela mulher profissionalmente ocupada como problema complexo a resolver. Que o é, aliás, numa sociedade que não prevê, nem está disposta a despende mais que o mínimo com suas necessidades — espaços verdes e presença materna não ansiosa. Quanto à mulher que permanece em casa, fiel ao padrão tradicional, porque economicamente lhe é possível fazê-lo, mas sujeita às novas árduas propostas e à nostalgia nova da «independência» da mulher economicamente remunerada, difícil lhe é viver sua situação sem as cambiantes de uma nova humilhação e má-consciência, de uma amargura que tentativamente se recusa na «tecnicização», isto é, na acrescentada complicação das tarefas domésticas, ou na participação em actividades assistenciais de tipo «maternalista». Nem aí é a criança bem aceite, ou não seria entregue as mais das vezes ao pessoal doméstico, ou não se ouviria com tal frequência essa agressividade oculta sob a máscara do queixume comum — «a criança está numa fase péssima, a criança está insuportável».

A rapariga, tornada biologicamente mulher, mas premida por propostas, formação e necessidades em conflito, recolhe-se a estádios infantis que apenas diferem de tonalidade segundo a camada social a que pertence, as possibilidades económicas de que dispõe — contempla-se narcisisticamente numa permanente renovação de envólucros, coleciona objectos de decoração ou de duvidosa utilidade doméstica, mantém com a mãe ou sogra uma relação carregada de dependência conflituosa, da mesma velada e insegura competição de que se revestem as relações com suas amigas, compraz-se em leituras que a remetam à única situação intensa que lhe parece possível — a lírica e, para as mais «evoluídas» (ou deveria dizer as mais protegidas?), a erótica. São-lhe ensinadas no Liceu as particularidades do discurso correcto e do máximo denominador comum. Soube fases da Revolução Francesa, meandros do relevo africano. Olhar acaso curto, mas olhar ao vasto mundo. Foi-lhe proposto o estudo como dever interessante, como necessidade máxima. Encontra-se com a necessidade máxima de um tra-

balho profissional as mais das vezes mecânico ou árido, a necessidade máxima de alimentar física e psiquicamente as necessidades de crianças (tarefa para que se prepara empírica e familiarmente apenas, porque mencionar com frequência as Glórias de Ser Mãe não constitui propriamente uma formação) e as necessidades de um homem adulto, entidade carregada da culpa máxima de dever ser e, não raro, exigir ser, um Redentor e uma Razão de Vida. Encontra-se com o dever de corresponder ao ideal da Boa Dona de Casa, forjado numa época sem detergentes nem máquinas de lavar, populosa de pessoal doméstico, e gostosamente alimentado por uma época escassa do mesmo, mas de cada vez mais detergentes e cada vez mais máquinas de diversíssimas cores. A linha divisória entre o supérfluo e o necessário, que segundo a própria Patrística deveria ser medida pela necessidade dos outros, esbate-se, tal como para a criança, perante as solicitações do momento, as da competição publicitária, as da competição familiar e social, as da competição. A rapariga, tornada mulher, não mais sabe suas necessidades reais, sabe apenas deveres e desejos imediatos, que não mais têm o cunho da satisfação de servir propostas claras de formas adultas de existir. Não mais sabe ou pode uma acção que corresponda a necessidades profundas, sem conflito.

Irremediável mal da condição feminina, numa sociedade que precisa do trabalho da mulher? Ou mal transitório de uma sociedade em devir, de uma outra forma de existir em comum, concebida fundamentalmente por homens, e que ainda não soube assumir como valor, como proposta tenaz e coerente, a importância da mulher igualmente na sua fundamental especificidade sexual e ainda e mais na sua importância de ser humano, adulto por seu trabalho escolhido, por sua necessidade e dever aceites sem conflito, por sua participação no diálogo fecundo entre a totalidade da família e a totalidade da comunidade a que pertence?

*Alberto  
Regueira*

## **Cursos de formação em Desenvolvimento Económico — alguns aspectos característicos**

1. A instituição de cursos de formação em desenvolvimento económico e social foi consequência natural do interesse progressivamente crescente que os países mais bem colocados na escala do bem-estar foram atribuindo à formação de elites autóctones, técni-

cas e outras, que permitissem o arranque para o desenvolvimento mesmo das nações mais atrasadas.

Considerações de vária ordem, entre as quais os aspectos políticos assumem notôriamente grande relevância, explicam esse recrudescimento de interesse pelas situações de atraso generalizado. Não só países, como também organizações internacionais, têm dedicado fundos consideráveis a esse objectivo de formação, com resultados sem dúvida positivos mas que não ocultam sérias limitações, de conceito e de forma, das iniciativas em que tal objectivo se tem vindo a concretizar. Uma breve reflexão, justificada por experiência recente no domínio em análise, sobre essas insuficiências é a razão de ser desta nota.

Duas orientações dominantes e que aliás se praticam conjuntamente são as de integrar os estudantes vindos dos países subdesenvolvidos em ciclos normais de estudo de universidades estrangeiras ou fazê-los frequentar cursos, mais ou menos intensivos, de desenvolvimento económico e social dentro de institutos criados com esse objectivo específico primordial. No primeiro caso, embora naturalmente os resultados dos programas de estudo variem consideravelmente consoante o grau de preparação de base dos instruendos e a medida da sua integração nos problemas da comunidade progressiva que, parcialmente, aqueles programas reflectem, não existe diferenciação apreciável no esquema de tratamento das duas categorias de alunos — os nacionais e os oriundos doutras regiões. A premência da formação de mais elevado número de técnicos, constantemente sugerida pelo estudo minucioso das necessidades pluriformes dos países subdesenvolvidos, que não se compadecia com os ritmos habituais do ensino universitário clássico — quer no número de anos de aprendizagem, quer na vastidão de matérias tratadas — aconselhou a adopção de uma solução «mais económica» em que se concentraria no tempo e no tipo de informação e reflexões a fomentar o que de mais essencial parecesse aos futuros dirigentes e trabalhadores técnicos dos países atrasados. Daí a proliferação em vários países europeus (nomeadamente, a França, a Holanda, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Itália) e também nos Estados Unidos, de institutos e dos cursos especializados de desenvolvimento a que logo de início se fez referência e de que nos ocuparemos em particular<sup>1</sup>.

Em que medida tal esforço de formação tem encontrado correspondência nos benefícios concretos experimentados pelas comunidades atrasadas do reforço de aptidão e de tecnicismo que obtêm por essa via? Por outras palavras, qual a verdadeira produtividade desse tipo de assistência ao desenvolvimento? Não sendo fácil encontrar elementos estatísticos de natureza a confirmarem as re-

---

<sup>1</sup> Cf., a este título, a recente publicação *Inventaire des possibilités de formation en Europe*, O. C. D. E., 1965.